

Título do trabalho: *GNDOMAR – o templário portugalense*

Autor: Ademir Luiz da Silva, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Filiação institucional: Universidade Federal de Goiás – UFG

Aparentemente os primeiros freires templários a pisar em terras portuguesas teriam chegado a corte da rainha Teresa, em Braga, vindos da França, em 1124. No ano seguinte, através de obscuros contatos com a nobreza portugalense, os quais pretendo discutir adiante, obtiveram permissão para ocupar, sem que isto resultasse em doação perpetua, terras no Soure e o castelo de Penafiel, em Forte Arcada. Esta praça forte, localizada em uma região de fronteira estável com os mouros, tornou-se a primeira sede portuguesa do Templo. Receberam ainda doações particulares de ricos-homens, tais como a de Afonso Anes, que lhe doou em testamento metade da Quinta de Vila Nova, caso morresse “*sine haerede bonae, et legitimae mulieris*”¹, ou seja: “sem herdeiro dos bens, e mulher legítima”.

O primeiro homem que pode ser chamado de líder templário no Condado Portugalense foi o francês Guilherme Ricardo. O nome que se dava a esta função variava de comendador mor, preceptor ou mestre provincial², subordinado ao mestre de Jerusalém, chamado erroneamente nos tempos modernos de *grão-mestre*, termo inexistente nos documentos medievais. Segundo o catálogo de mestres provinciais elaborado pelo historiador português Alexandre Ferreira, o governo de Guilherme Ricardo estendeu-se de 1125 à 1128³.

Sua residência oficial não era na praça forte de Penafiel, como seria de se presumir em se tratando de um monge / guerreiro imbuído da missão de combater os mouros, e sim na corte, em Braga. Prática que se tornaria hábito entre os mestres provinciais posteriores. O que denuncia desde muito cedo os precoces e estreitos laços entre o Templo e os círculos aristocráticos portugalense. O que temos que ter em mente é que o Templo se tratava então de uma obscura organização estrangeira, representada por um estrangeiro, recém chegada a uma terra empenhada em combater as influências externas. Situação que em tese deveria limitar sua movimentação, o que na prática parece não ter acontecido.

De resto é preciso admitir que muito provavelmente Guilherme Ricardo não possuía ainda comandados em número suficiente para ocupar de forma satisfatória uma praça forte fronteiriça. Quando muito acompanhava-o alguns poucos franceses e outro tanto de patrícios recrutados. Não podemos esquecer que nesta época, entre 1124 e 1126, Hugo de Payens nem sequer havia iniciado ainda sua campanha sistemática de propaganda pela causa templária.

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro dos Mestrados, folha 38, verso.

² SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998. p. 28 – 29.

³ DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras Portuguesas*. Coimbra: Edição do Autor, 1999. p. 68 – 69.

No começo de 1128, chegou a Braga um templário, presumivelmente catalão ou francês, chamado Raimundo Bernardo. Este cavaleiro veio juntamente com o mestre Hugo de Payens da Terra Santa, com a missão de ajudá-lo em uma campanha de arrecadação de fundos e recrutamento de novos membros para a confraria. Pela natureza de sua missão pode-se deduzir que era uma figura de relevo no círculo palestino da ordem. Não estando entre os nove pioneiros cujo nomes são conhecidos, Raimundo Bernardo estaria muito provavelmente entre os vinte e um anônimos que sobraram entre os trinta indicados por Miguel, o Sírio. Sua presença e pregação fez muito sucesso na corte.

Ao que parece para tentar persuadir Raimundo Bernardo a permanecer no Condado Portucalense e empenhar-se na Reconquista, no dia 19 de março de 1128, portanto um pouco depois do Concílio de Troyes e um pouco antes da decisiva Batalha de São Mamede, a rainha Teresa doou formalmente à Ordem dos Templários o castelo do Soure, as margens do rio Mondego, e as terras circunvizinhas. A manobra da soberana obtêm sucesso. Neste local passa a funcionar a sede portuguesa do Templo, onde permaneceu até 1147, tendo Raimundo Bernardo como mestre provincial.

É muito comum encontrarmos em estudos históricos que esta imensa generosidade⁴ por parte da enfraquecida rainha Teresa é facilmente justificável através de sua grande percepção de estratégia militar. Segundo esta explicação simplista, ainda em 1125 e depois em 1128, a monarca teria percebido que aqueles pobres e excêntricos monges / guerreiros representariam um reforço considerável na luta contra os muçulmanos. Versão crível na medida em que se tratava de uma mulher engenhosa, acostumada com a prática da guerra: guerra política e guerra familiar. Contudo, em meu entender, falta algo. Neste caso a Navalha de Okan não se sustenta sozinha.

O que representavam os idealistas Cavaleiros Templários para os europeus das primeiras décadas do século XII? Praticamente nada. As batalhas épicas nas quais eles forjaram a fama de guerreiros temíveis, incansáveis, muitas vezes cruéis e brutos, ainda não haviam sucedido. As reações bélicas muçulmanas significativas na Palestina só começariam na década de quarenta.

As atividades dos freires do Templo resumiam-se então a vigiar a estrada que ia do porto de Jafa a Jerusalém, informar as melhores rotas aos palmeiros, levar provisões aos cristãos que iam se banhar ritualmente no rio Jordão, prender beduínos ladrões ou arruaceiros⁵ e pequinesas semelhantes. Trabalhos importantes sem dúvidas, muito úteis naquela região cuja

⁴ MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*. Lisboa: Guimaráes & C^a, 1982. p. 228.

⁵ GANDRA, Manuel J. (Org.) *Cadernos da Tradição: O Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 05.

ocupação cristã era preservada artificialmente por razões sentimentais⁶, mas que não podem ser apontadas necessariamente como heróicos. Pouco têm de aventurecos ou grandiosos. Os templários pioneiros agiam mais como patrulheiros do que como guerreiros. Provavelmente ficavam mais tempo no ócio do que em campanha. Tampouco podiam se meter a tanto. Nestes primeiros anos foram pouquíssimos os recrutamentos de novos membros. O que significa que a esta altura qualquer batalha mais violenta, com um número considerável de baixas, reduziria drasticamente o parco contingente da confraria. Em resumo qualquer fama que os Templários pudessem possuir antes de 1128, e mesmo nos meses imediatamente posteriores ao Concílio de Troyes, não devia ultrapassar a condição de curiosidade vinda do inóspito ultramar. Eram praticamente anônimos na Europa.

Então, por que confiar castelos e terras a monges / guerreiros, sem grande experiência de combate, cheirando à hereges?

Em poucas palavras, acredito que somente a presença de um templário especialmente afinado com os interesses da aristocracia portugalense, no qual eles depositassem sua inteira confiança, poderia justificar estas doações. Pois, se por um lado, a existência da Ordem do Templo, enquanto instituição, era quase ignorada entre os nobres europeus de meados do século XII, seus membros pioneiros não o eram. Entre seus familiares e nas suas regiões de origem estes cavaleiros deviam ser verdadeiras celebridades.

O que explica isto é uma análise da progressão natural de um fenômeno tipicamente medieval: o profundo respeito ao Caminho de Jerusalém. A lógica cartesiana apregoa que quando se tem a disposição os primeiros termos de um problema pode-se encontrar os outros a partir de sua análise racional, chegando assim a sua solução⁷. Pois bem, se é verdade que o medievo exaltava o feito dos indivíduos que simplesmente percorriam o Caminho de Jerusalém, parece-me evidente que multiplicassem este apreço e admiração diante daqueles que fizeram a rota servindo a *peregrinatio contra paganos*, em outras palavras: os veteranos das cruzadas. Justo admitir ainda que àqueles idealistas que decidiram permanecer na Terra Santa, independentemente dos motivos pessoais que levaram-nos a esta radical tomada de decisão, para servir a causa da cristandade, fossem ainda mais louvados. Talvez não fossem compreendidos, o que é outro problema, mas certamente eram grandemente admirados.

Dentre os nove ou trinta e um templários pioneiros encontramos ao menos um portugalense de nascimento: Gondomar. Trata-se de uma figura misteriosa, envolta em brumas. Conhecido, ao contrário de seus oito confrades identificados, por um nome único, seco; e não uma composição formada pelo nome pessoal e um sobrenome, que poderia ser uma referência ao local

⁶ BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 17.

⁷ Ver o tratado da *Geometria*, escrito por Descartes em 1637.

de origem ou profissão, algo comum na época. É na verdade, como veremos adiante, somente a segunda parte: apenas a indicação geográfica. Apenas Gondomar e suas variações de documento para documento: Gondemar, Gondemarc etc.

Não era algo muito comum encontrar portugalenses entre os cruzados. A sociedade portuguesa não assimilou com exatidão o espírito de cruzada ultramar que os monges cluniacenses procuraram disseminar na Península Ibérica no século XI. Apoderou-se de seus elementos principais e adaptaram-no a sua realidade imediata. Ao contrário de grande parte dos reinos europeus entusiastas da mística da cruzada, França, Alemanha e Inglaterra sobretudo, os portugalenses sofriam com a ameaça muçulmana em seus próprios territórios. Necessitavam combatê-los ali mesmo. A reconquista era sua cruzada. Assim sendo foram tomadas iniciativas para que os guerreiros nativos não abandonassem uma luta em detrimento da outra. Sabe-se por exemplo que no século XII, o conde de Coimbra proibiu seus vassalos de engrossarem as fileiras de combatentes que iam até Jerusalém; prometendo-lhes que se combatessem em defesa dos castelos de Leiria e da Estremadura receberiam em caso de morte as mesmas indulgências divinas que aqueles que percessem na Terra Santa⁸.

As citações ao nome de Gondomar no cartulário primitivo do Templo são raras, ainda que significativas. Foi sem dúvida um personagem de relevo, de importante atuação no processo de fundação da Ordem. Isto ficou evidente na epístola de 1126, remetida pelo rei Balduíno II a Bernardo de Claraval, onde são mencionados dois cavaleiros especialmente destacados para encontrar o sumo pontífice e pedir-lhe subsídios materiais para que pudessem continuar a missão de salvaguardar os caminhos dos palmeiros. Os nomes citados são os de André de Montbard, significativamente o meio-irmão de Aleta, mãe de Bernardo de Claraval, e o portugalense Gondomar. Balduíno II refere-se a ambos como “ilustres devido às suas proezas guerreiras e pela nobreza do seu sangue”. Claro que não se poderia esperar outra coisa de uma carta de referência do que o elogio das figuras apresentadas, contudo o parte em que se louva a nobreza de seu sangue parece-me relevante.

O trecho parece não deixar dúvidas de que Gondomar tinha sangue nobre. Esta não era uma condição universal dentre os primeiros templários. Na Regra de Bernardo de Claraval aceitava-se a candidatura de um neófito ao hábito templário independentemente de suas origens. Somente a partir de 1230, sob o mestrado de Pedro de Montaignu, passou a se exigir do postulante a comprovação de que descendia de um nobre⁹. Assim sendo, nestes tempos em que a expansão era uma meta, ser um templário e ao mesmo tempo ser um nobre por nascimento poderia significar uma peculiar, e valiosa, facilidade para obter contatos importantes.

⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 53.

Uma passagem do *Livro Velho de Linhagens*, composto entre 1282 e 1290, em galego-português, cita um local, um castro, um castelo no caso, pertencente a um certo Gondomar; nas proximidades do qual se lutou contra o muçulmanos, expulsando-os. Pelos dados geográficos informados na passagem, e o auxílio de um mapa de Portugal, foi possível localizar esta fortaleza no extremo norte do condado; próximo a cidade do Porto. Cito o trecho, o parágrafo inteiro, abaixo

“Reinou depos el seu filho Dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leon, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo(u)quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome de Monte Cordova., que era chamado Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão de Mouros. E des i filhou o crasto d’Aveoso a Mouros e deitou Mouros de castro de Gondomar e de Todeu e feze-os ir a castro Marnel de Riba de Vouga.”¹⁰

A partir deste fiapo de evidência é possível supor que o futuro freire Gondomar, pioneiro templário, não sendo o próprio senhor da praça forte, um membro da “*linhagem dos mui nobres e honrados ricos homens d’algo d’Amaia*”, seria talvez seu filho. Um filho mais moço que decidiu abraçar a cavalaria como modo de vida, como muitos jovens aristocratas sem herança faziam na época. Um homem de armas que vagou pela Europa medieval fazendo a *turner*; rodando de reino em reino participando de torneios. Neste mister chegou certamente a França, reino no qual este esporte era imensamente popular, onde teria se juntado a um grupo de cavaleiros locais; pois os moços cavaleiros jamais andavam sozinhos¹¹. Um guerreiro que, talvez por influência dos companheiros ou do senhor que então servia, acabou por se juntar aos que partiam na *peregrinatio contra paganos* e posteriormente, como um desdobramento mais ou menos natural da aventura palestina, a nascente *miles Christi*.

Postulado cartesiano que coloca Gondomar em condições críveis de portar a carta de apresentação de Balduíno II, em 1126. E daí para chegar ao Condado Portucalense em condição de adquirir privilégios na corte da rainha Teresa. Primeiro por ser oriundo de uma família com tradição no combate aos mouros, como o *Livro Velho de Linhagens* demonstra. Segundo por ser de uma família nobre do norte, com terras muito próximas da fronteira com a Galícia; e certamente com interesses no polêmico estreitamento de laços que a soberana lusitana mantinha com a nobreza galega naquele período.

⁹ GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001. p. 41.

¹⁰ PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. p.50. v. I.

¹¹ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 103.

Assim, sendo oriundo da nobreza portugalense é razoável admitir que Gondomar, em algum momento de sua viagem diplomática a Europa, ou mesmo antes de 1126, talvez nos anos imediatamente anteriores, 1124 ou 1125, tivesse retornado a sua terra natal e disseminado entre seus entes queridos os novos ideais que defendia. Relatos estes que, devido a seu peso de experiência ao mesmo tempo mística e guerreira, tão cara a mentalidade medieval, podem ter gerado interesse. O mesmo tipo de interesse que levou o já idoso conde Hugo de Champagne a sagrar-se templário nesta mesma época, além Pirenéus. Ou seja: um sentimento marcado bem mais pela simpatia ideológica do que voltado a uma ação eminentemente prática.

Sentimento reforçado pelo fato de que, devido a seu constante estado de guerra, ainda ressoava com muita força na Península Ibérica a censura que o papa Gregório VII, entre os anos 70 e 80 do século XI, lançou aos nobres que decidissem abandonar o mundo e se encerrar em um mosteiro. Moda que esvaziava o exercito cristão. Este ato, num primeiro olhar visto como desprendido e santo, passou a ser interpretado como um desonroso abandono de trincheiras¹². Atitude indigna de um aristocrata, sempre um *bellatore*, dono de responsabilidades.

Com o surgimento do conceito de cavalaria monástica em meados do século XII, nobres que desejassem tomar a cruz poderiam fazê-lo sem experimentar a mesma culpa que seus antepassados. Mesmo que fosse às portas da morte. No costume que grassou na Europa durante a Baixa Idade Média de abandonar o mundo durante as cerimônias de extrema unção, muitos preferiam ser lembrados como templários. Sinal de glória guerreira, sucesso social e poder temporal. Sabe-se que o maior cavaleiro de todos os tempos, segundo Duby, Guilherme Marechal, então regente do trono inglês, em 1219, moribundo tomou e foi enterrado vergando o lendário hábito branco bordado com a cruz vermelha. Foi descido à cripta da sede inglesa do Templo, em Londres, como se tivesse sido um monge por toda a vida¹³.

Portanto se no início as ordens militares representavam basicamente um atrativo para os jovens idealistas que as regras de herança afastavam de suas famílias e para idosos abonados seduzidos pelos ideais das Cruzadas. Depois, com seu maior engajamento nas guerras de Reconquista, passaram a absolver o excedente demográfico da nobreza ibérica. Ofereciam-lhes um estilo de vida aventureco, que ao mesmo tempo lhes garantia uma vaga dentre os escolhidos dos céus no Juízo Final.

Além disto era muito comum os laços de parentesco entre os membros das ordens militares. A entrada de um indivíduo quase sempre acarretava no posterior recrutamento de outros de sua família, não raramente na geração seguinte¹⁴. Esta prática pode ser interpretada como

¹² CARDINI, Franco. O Guerreiro e o Cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 59.

¹³ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 23.

¹⁴ MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*. Lisboa: Guimaraes & C^a, 1982. p. 234 – 235.

a criação de uma forma muito peculiar de tradição familiar, que serviu de combustível a expansão das confrarias monástico / militar. E que teria tido início no Condado Portucalense através de Gondomar.

A mais do que evidente falta inicial de interesse dos Templários em combater seriamente na cruzada peninsular ibérica¹⁵ parece corroborar esta hipótese. A grande verdade é que durante os primeiros vinte e dois anos o Templo prosperou no Condado Portucalense, recebendo inúmeras doações, em dinheiro e em terras, régias e particulares, sem corresponder satisfatoriamente em sua pretensa missão de salvaguardar as fronteiras contra os mouros. Sua atuação militar foi pífia, os resultados insignificantes, não raro vexatórios. Lembram mais a acumulação voluntária de bens baseado em interesses particulares e / ou familiares e / ou de grupo.

Bibliografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro dos Mestrados, folha 38, verso.

BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CARDINI, Franco. O Guerreiro e o Cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996.

DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras Portuguesas*. Coimbra: Edição do Autor, 1999.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

GANDRA, Manuel J. (Org.) *Cadernos da Tradição: O Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.

GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001.

MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*. Lisboa: Guimarães & C^a, 1982.

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. p.50. v. I.

SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998.

¹⁵ MATTOSO, José. *Obra citada*. Lisboa: Guimarães & C^a, 1982. p. 228.